



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 89/XIII/ 3.^a SL

Aos 25 dias do mês de outubro de 2017, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*

2. *Apreciação e votação das atas n.ºs 87 e 88, respetivamente de 11 e 18 de outubro;*

3. *Discussão e votação do Parecer sobre as Grandes Opções do Plano para 2018 - Autora: Deputada Ângela Guerra;*

4. *Discussão e votação do Parecer sobre o Orçamento Geral do Estado para 2018 - Autor: Deputado João Marques;*

5. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 651/XIII/2.^a (BE) - «Recomenda ao Governo que recuse o plano para a constituição da unidade local de saúde de entre o Douro e Vouga, procurando alternativas que garantam mais proximidade e investimento nos serviços de saúde»;*

6. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 1089/XIII/3.^a (PCP) - «Pela valorização do Hospital Dr. Francisco Zagalo (Ovar)»;*

7. *Outros assuntos.*

09:30 *Audição da Presidente da ACSS, requerida pelo BE e pelo PCP, sobre «as conclusões do Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas sobre o Acesso a Cuidados de Saúde no SNS»;*

10:30 *Audição do Presidente do Tribunal de Contas, requerida pelo CDS-PP, sobre o «Relatório n.º 15/2017 do Tribunal de Contas no qual se procede a uma Auditoria ao Acesso a Cuidados de Saúde no SNS»;*

11:30 *Audição do Ministro da Saúde, requerida pelo PSD, sobre o «Relatório n.º 15/2017 do Tribunal de Contas no qual se procede a uma Auditoria ao Acesso a Cuidados de Saúde no SNS».*

1. Informações

O Presidente informou que a próxima reunião da Comissão terá lugar no dia 13 de novembro, para a 1.^a audição regimental do Ministro da Saúde, sobre o orçamento de Estado 2018. Informou igualmente sobre quais são as novas datas propostas pelo SEAP para as audições regimentais do Ministro da Saúde, que ficam assim fixadas. O serviço de apoio enviará a todos informação com estas datas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 89/XIII/ 3.ª SL

2. Apreciação e votação das atas n.ºs 87 e 88, respetivamente de 11 e 18 de outubro

As atas n.ºs 87 e 88, de 11 e 18 de outubro respetivamente, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. Discussão e votação do Parecer sobre as Grandes Opções do Plano para 2018 - Autora: Deputada Ângela Guerra

A Deputada Ângela Guerra apresentou o Parecer sobre a PPL n.º 99/XIII/3.ª - GOPs para 2018, fazendo umas considerações gerais sobre a iniciativa, com enfoque na área da saúde, reservando a sua opinião para plenário, mas realçando as dúvidas que o Conselho Económico e Social (CES) expressa no seu parecer sobre esta matéria. Concluiu com o entendimento de que estão reunidas as condições para que a PPL possa ser apreciada em plenário, pelo que o presente parecer deverá ser enviado à COFMA.

O Deputado João Marques saudou a Deputada, dizendo que o PS vê com grande satisfação o empenho do Governo no SNS, na sua qualidade, no acesso aos cuidados de saúde, no reforço do capital humano e infraestruturas e na proximidade com o cidadão. No Governo anterior houve desinvestimento no SNS e as medidas que têm sido implementadas nestes dois últimos anos são o bom caminho.

Os considerandos e conclusões do parecer foram colocados à votação, tendo sido aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

4. Discussão e votação do Parecer sobre o Orçamento Geral do Estado para 2018 - Autor: Deputado João Marques

O Deputado João Marques apresentou o Parecer sobre a PPL n.º 100/XIII/3.ª - OE para 2018, dando conta das linhas de orientação política subjacentes a esta proposta de lei, destacando várias disposições aplicáveis ao SNS, eximindo-se de manifestar a sua opinião, que reserva para plenário, e concluindo com o parecer de que se encontram reunidas as condições para a discussão e votação da iniciativa nessa sede.

A Deputada Ângela Guerra disse entender que o parecer reflete efetivamente o que está na proposta de lei, no que concerne à saúde, mas considera que o que consta do orçamento não casa com a prática do Governo dos últimos dois anos, pois este deixou degradar o SNS, o que o Relatório do Tribunal de Contas veio confirmar. A dívida total do SNS aumentou e agravaram-se



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 89/XIII/ 3.ª SL

muitos outros indicadores, não se vendo no orçamento qualquer medida capaz de inverter este caminho de endividamento.

O Deputado Moisés Ferreira saudou a capacidade de síntese e a factualidade do parecer, mas disse entender que este devia incluir a referência às PPP's em saúde, designadamente no respeitante aos encargos plurianuais, que o OE prevê que venham a aumentar.

A Deputada Isabel Galriça Neto referiu que há alguns aspetos do orçamento que poderiam ter sido incluídos no parecer, referindo concretamente, para além da questão das PPP's, e sem querer antecipar o debate na especialidade, a taxa extraordinária sobre dispositivos médicos, pois não resulta claro do OE se esta vai ser aplicada.

A Deputada Carla Cruz disse que o parecer é factual e traduz o que está na PPL, mas falta a referência às PPPs, que corresponde a uma fatia de custos significativa. No dia 13 de novembro far-se-á discussão aprofundada desta matéria, mas quis frisar que o PCP considera fundamental que se inverta a política de desinvestimento no SNS, considerando que há margem no OE para melhorar o reforço de recursos e meios.

O Deputado João Marques acrescentou que só no final do ano se saberá qual é efetivamente a dívida, disse aceitar as sugestões feitas, a do BE para inclusão da referência às PPP's e a do CDS-PP sobre a discrepância que existe relativamente à taxa extraordinária sobre dispositivos médicos.

Os considerandos e conclusões do parecer foram colocados à votação, integrando as duas sugestões, tendo sido aprovados por unanimidade, com a ausência do PEV.

5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 651/XIII/2.ª (BE) - «Recomenda ao Governo que recuse o plano para a constituição da unidade local de saúde de entre o Douro e Vouga, procurando alternativas que garantam mais proximidade e investimento nos serviços de saúde»

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1089/XIII/3.ª (PCP) - «Pela valorização do Hospital Dr. Francisco Zagalo (Ovar)»

A discussão do Projeto de Resolução n.º 651/XIII/2.ª BE, e do Projeto de Resolução n.º 1089/XIII/3.ª PCP, foi feita em conjunto, visto tratar-se da mesma temática.

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o PJR do BE, que recomenda ao Governo que «rejeite a constituição e funcionamento da Unidade Local de Saúde do Entre Douro e Vouga (ULSEDV) conforme proposta pelo grupo de trabalho constituído para o efeito», que «rejeite qualquer solução que promova a concentração de serviços numa lógica subtrativa e de redução dos recursos públicos alocados para a prestação de cuidados de saúde» e ainda que «estude soluções que



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 89/XIII/ 3.ª SL

avancem no sentido de garantir um maior investimento e uma maior contratação de profissionais, garantindo proximidade, melhor acesso e maior qualidade dos serviços de saúde prestados à população». Fundamentou esta recomendação referindo que a ULSEDV integraria numa única Unidade 4 hospitais e dezenas de unidades funcionais de Cuidados de Saúde Primários, abrangendo 6 concelhos do distrito de Aveiro, o que não responderia às necessidades da população e comprometeria a proximidade com os utentes, pelo que não é uma boa solução para a região.

A Deputada Diana Ferreira procedeu à apresentação do PJR do PCP, fazendo notar que o Hospital Dr. Francisco Zagalo sofreu, ao longo de vários Governos, como muitos outros, um desinvestimento público, que dificulta a sua capacidade de resposta aos utentes. A criação da Unidade Local de Saúde de Entre Douro e Vouga (ULSEDV) tem vindo a ser discutida e integraria o Centro Hospitalar entre Douro e Vouga e outros hospitais, entre os quais o Dr. Francisco Zagalo. Ora o PCP entende que este deveria manter a autonomia, bem como ver reforçado o investimento, recomendando por isso que seja rejeitada a proposta de criação da ULSEDV. Além disso devem ser tomadas as medidas necessárias para que se articule e funcione em rede com outros hospitais, seja dotado de serviços e valências e de profissionais de saúde, que seja estudada a possibilidade da reabertura do Serviço de Urgência Básico, sejam integrados os trabalhadores com vínculo precário e envolvidos os órgãos autárquicos, representantes dos trabalhadores, movimentos de utentes e as populações na discussão de eventuais alterações. Acrescentou ter já dado entrada na AR uma Petição sobre esta matéria.

Seguiu-se o debate, em que usaram da palavra:

O Deputado António Topa, do PSD, que disse que o Governo criou um grupo de trabalho, em 2016, para proceder ao estudo sobre a implementação da Unidade Local de Saúde entre Douro e Vouga numa ótica de otimização de recursos. O PSD é favorável a essa otimização, através de uma melhor gestão, até porque a dívida aumentou, sendo que uma melhor gestão implica fazer melhor com menos recursos. No entanto, os PJR falam numa redução de custos e meios. Neste momento o Governo comprometeu-se a reavaliar a situação, pelo que se terá de aguardar. Algumas recomendações dos PJR são importantes, mas importa saber como poderão ser acolhidas no orçamento de Estado, no que respeita ao reforço de meios nestes hospitais. É preciso ouvir autarcas e populações e aguardar pela nova solução que o Governo irá apresentar.

O Deputado João Marques, do PS, que salientou que é preocupação e objetivo programático deste Governo a aposta na eficiência, eficácia e proximidade, pelo que têm de ser estudados os modelos de gestão e organização. Sabe que foi criado um grupo de trabalho em 2016, para estudar o



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 89/XIII/ 3.ª SL

interesse e viabilidade da Unidade, e que o estudo está a ser reavaliado para integrar sugestões. O objetivo do grupo de trabalho é encontrar o modelo mais correto, e depois a decisão estratégica será tomada pelo Governo. Para o PS, mais do que discutir eventuais cenários, o mais relevante é o entendimento de que se deve manter a trajetória de reforço de meios e recursos.

O Deputado António Carlos Monteiro, do CDS-PP, que destacou que defende uma boa gestão ao serviço das populações e que a solução apontada pelo estudo, de agrupar concelhos de Ovar a Arouca, não faz sentido, como têm sublinhado os autarcas. Entende que as populações merecem ter bons cuidados de saúde, pelo que propõe ao BE que no seu Projeto de Resolução, nas recomendações, acrescente a reabertura do serviço de urgência do Hospital Dr. Francisco Zagalo e ainda a abertura do SAP em Vale de Cambra, pois assim a Assembleia da República estaria a cumprir o seu papel.

O Presidente saudou os Deputados de Aveiro, que fizeram intervenções, e deu por encerrada a discussão. A informação relativa à discussão dos PJR 651/XIII/2.ª e 1089/XIII/3.ª será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

09:30 Audição da Presidente da ACSS, requerida pelo BE e pelo PCP, sobre «as conclusões do Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas sobre o Acesso a Cuidados de Saúde no SNS»

O Presidente deu a palavra aos Deputados Moisés Ferreira, para apresentar o requerimento do BE, e Carla Cruz, para apresentar o requerimento do PCP, requerimentos em que ambos solicitam a audição da Presidente da ACSS sobre o Relatório do Tribunal de Contas.

De seguida usaram da palavra os Deputados: Luís Vales, que salientou duas conclusões do Relatório que considera graves, que são a dificuldade do acesso ao SNS e a prática de falseamento das listas de espera, perguntando o que tem a ACSS a dizer em relação a isto e se pretende acatar as recomendações feitas na auditoria; António Sales, que disse considerar muito úteis estes Relatórios, porque aumentam a transparência, chamando a atenção para os anos sobre os quais incidiu – 2014 a 2016, o que corresponde a períodos do anterior Governo e do atual. Acentuou a política de transparência deste Governo, que é evidente no portal da saúde, perguntando como acha a Presidente da ACSS que devem ser monitorizados os dados e se deve ser feita uma análise setorial ou multissetorial; Isabel Galriça Neto, que disse considerar de uma enorme gravidade os factos e realidade para que aponta o Relatório, que foram desmentidos pela ACSS, pedindo-lhe um comentário aos aspetos relacionados com as consequências do aumento das listas de espera, especialmente no que se refere aos doentes oncológicos.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 89/XIII/ 3.ª SL

A Presidente da ACSS, Marta Temido, que veio acompanhada por Ricardo Mestre, vogal do Conselho Diretivo, agradeceu a oportunidade para fazer uma apreciação do Relatório, explicou como são exercidas as competências do organismo a que preside, dizendo que se não revê nas acusações que são feitas e que estas serão contraditadas em sede própria. Esclareceu que os procedimentos administrativos de limpeza das listas são expurgos e não falseamentos, pois têm de ser eliminados, por exemplo, os registos dos utentes que faltam à consulta sem justificação, os que já resolveram a sua situação ou os que foram encaminhados para outros serviços. Este trabalho é feito em conjunto com muitas outras entidades, designadamente os hospitais, cruzando listas e informação para tornar os dados mais fiáveis. Abordou ainda a questão dos vales cirúrgicos, tendo referido alguns problemas com concursos de aquisição destes vales, e a análise dos cancelamentos por óbito, que foram vistos caso a caso, tendo-se concluído que a causa do óbito não estava diretamente relacionada com o motivo da inscrição. Deu conta de dados que considera importantes, como, por exemplo, que 99,6% das situações oncológicas são respondidas pelo SNS e que 40% dos vales cirúrgicos ficam dentro do SNS. Salientou que a ACSS está empenhada no processo de melhoria da qualificação dos dados, o que é uma das recomendações do Tribunal de Contas, sendo os sistemas de informação um ponto fraco, tendo pedido ao Ministro da Saúde que fosse feita uma avaliação independente.

Na 2.ª ronda pediram esclarecimentos adicionais os Deputados Luís Vales, António Sales, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, que foram prestados pela Presidente da ACSS e por Ricardo Mestre, tendo o Presidente da Comissão agradecido todas as informações dadas.

10:30 [Audição do Presidente do Tribunal de Contas, requerida pelo CDS-PP, sobre o «Relatório n.º 15/2017 do Tribunal de Contas no qual se procede a uma Auditoria ao Acesso a Cuidados de Saúde no SNS»](#)

A Deputada Isabel Galriça Neto apresentou o requerimento (oral) do CDS-PP, que solicita a audição do Presidente do Tribunal de Contas sobre o Relatório n.º 15/2007, pedindo esclarecimentos sobre as situações que o CDS-PP reputa de mais graves, que são o falseamento dos dados, a deterioração do acesso às consultas e cirurgias e a questão dos doentes oncológicos não operados em tempo vital.

A Deputada Ângela Guerra manifestou a sua profunda inquietação com as conclusões do Relatório, que não constituem efetivamente uma surpresa porque já era evidente a degradação do SNS. Perguntou quanto tempo demorou o Tribunal de Contas a fazer esta auditoria, a que períodos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 89/XIII/ 3.ª SL

se reporta, que meios foram utilizados e que colaboração tiveram do Ministro da Saúde e quais os aspetos que querem salientar.

A Deputada Marisabel Moutela referiu que existe um desfasamento entre os dados constantes do Relatório do Tribunal de Contas e os que constam no Relatório do Acesso aos Cuidados de Saúde do Ministério, perguntando se estes foram tidos em consideração.

O Deputado Moisés Ferreira citou as conclusões do Relatório que considera mais graves, perguntando se a limpeza das listas foi identificada pelo Tribunal de Contas como prática habitual desde 2013, que critérios foram utilizados para o expurgo, se se referia a situações já resolvidas e se havia uma orientação política nesse sentido.

A Deputada Carla Cruz reiterou o pedido de informação sobre as práticas de limpeza das listas, que existirão desde 2013, como foi dito pela Presidente da ACSS, sobre quem terá dado as orientações para se proceder a estas limpezas e pediu igualmente explicações sobre a questão dos vales cirúrgicos.

O Presidente do Tribunal de Contas, que se fez acompanhar pelo conselheiro Vítor Caldeira e pelo Diretor Geral, José Tavares, referiu que os problemas detetados não são novos, pois estão identificados há muitos anos, sendo que o importante é ver como se podem resolver. Abordou as questões das listas de espera para consultas e cirurgias, dizendo que as limpezas administrativas são práticas que existem há muito tempo, mas que tornam os dados não fiáveis. Tem aumentado a capacidade de resposta do sistema, mas também o número de inscritos e pedidos, e a capacidade instalada não é suficiente, pelo que gera listas de espera. Pretende-se credibilidade, transparência e fiabilidade, acrescentando que as respostas das entidades auditadas são ponderadas e tidas em conta. Clarificou que quando se fala em dados falseados, isso não quer dizer falsificados, tem de ser interpretado no sentido de que houve expurgo. Concluiu dizendo que ao Tribunal de Contas não compete fazer cumprir as recomendações, mas fará uma auditoria de acompanhamento para saber se a situação evoluiu e também será feita auditoria à conta consolidada do Ministério da Saúde.

Usaram da palavra na 2.ª ronda, para comentar ou pedir esclarecimentos adicionais, os Deputados Ângela Guerra, Marisabel Moutela, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, tendo respondido o Presidente do Tribunal de Contas.

O Presidente da Comissão agradeceu a presença, disponibilidade e as informações prestadas pelo Presidente do Tribunal de Contas.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 89/XIII/ 3.ª SL

11:30 Audição do Ministro da Saúde, requerida pelo PSD, sobre o «*Relatório n.º 15/2017 do Tribunal de Contas no qual se procede a uma Auditoria ao Acesso a Cuidados de Saúde no SNS*»

A Deputada Ângela Guerra apresentou o requerimento do PSD, que solicita a audição do Ministro da Saúde sobre o Relatório n.º 15/2017 do Tribunal de Contas.

A Deputada Marisabel Moutela referiu algumas declarações do PSD e do CDS-PP feitas nas audições anteriores e questionou o Ministro sobre a questão dos sistemas de informação no SNS, perguntando que problemas suscitam.

O Deputado Moisés Ferreira colocou perguntas sobre as dificuldades de emissão dos vales cirúrgicos, sobre os procedimentos de expurgo das listas e se correspondem à eliminação de casos resolvidos ou se são para melhorar as listas de espera e perguntou ainda para quando um sistema de informação na saúde que permita dados fidedignos.

A Deputada Isabel Galriça Neto citou algumas partes do Relatório que referem doentes que morrem sem ter oportunidade de serem operados, dizendo querer ouvir o Ministro sobre a falta de credibilidade do sistema, sobre a auditoria que a Ordem dos Médicos pediu que fosse feita ao SNS e sobre a greve de médicos em curso.

A Deputada Carla Cruz questionou o Ministro sobre o que pensa fazer para assegurar que todos os doentes têm resposta, entendendo que isso passa por aumentar o investimento nos recursos humanos e meios, a capacidade instalada e a resposta pública. A limpeza administrativa das listas pode não ser nova, mas não é por isso que é menos preocupante, tendo de ser criados os instrumentos que permitam que os dados sejam fidedignos, perguntando o que vai ser feito para ultrapassar esta situação.

O Ministro da Saúde disse que o Governo reitera a sua confiança na ACSS e considera da maior utilidade que o Tribunal de Contas faça estes Relatórios, devendo ser ampliado o seu objeto e as entidades a avaliar. Logo que o Relatório lhe chegou convidou o Bastonário da Ordem dos Médicos para coordenar um grupo independente que, com liberdade, faça um ponto de situação e produza recomendações, sendo que o grupo iniciará hoje mesmo o seu trabalho. Considera prioritária a integração de dados, reconhecendo que mais acesso significa mais pressão e mais responsabilidade. Quanto à limpeza das listas trata-se de rever e atualizar os dados, o que sempre terá de ser feito, estando o Ministério focado e colocando toda a sua energia na transparência. Terão de ser encontrados mecanismos para aumentar a produtividade, mas o Relatório do Acesso de 2016 é o melhor dos últimos anos, e o próximo deverá ainda ser melhor.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 89/XIII/ 3.ª SL

Na 2.ª ronda fizeram intervenções, comentando e pedindo esclarecimentos adicionais, os Deputados Ângela Guerra, Marisabel Moutela, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, a que o Ministro da Saúde, e depois o Secretário de Estado da Saúde, responderam.

A reunião foi encerrada às 13:40 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação ser acedida neste [link](#).

Palácio de São Bento, 26 outubro 2017.



O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 89/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
António Carlos Monteiro
António Topa
Diana Ferreira
Laura Monteiro Magalhães
Maria Manuela Tender

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Luís Soares
Miguel Santos

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Teresa Caeiro